

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS DE LARANJEIRAS
ARQUEOLOGIA BACHARELADO**

CLARISSA TEIXEIRA MUNIZ

**POTENCIAL ARQUEOLÓGICO SUBAQUÁTICO DE ÁREAS
INUNDADAS POR BARRAGENS NO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO:
Glória e Paulo Afonso – BA**

Laranjeiras
Departamento de Arqueologia/UFS
2018

CLARISSA TEIXEIRA MUNIZ

**POTENCIAL ARQUEOLÓGICO SUBAQUÁTICO DE ÁREAS
INUNDADAS POR BARRAGENS NO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO:
Glória e Paulo Afonso – BA**

Trabalho de Conclusão de Curso entregue ao
Curso de Bacharelado em Arqueologia da
Universidade Federal de Sergipe, como
requisito parcial à obtenção do grau de
Bacharel em Arqueologia.

Orientador: Prof. Dr. Gilson Rambelli

POTENCIAL ARQUEOLÓGICO SUBAQUÁTICO DE ÁREAS INUNDADAS POR BARRAGENS NO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO: Glória e Paulo Afonso – BA

RESUMO

Trata-se de pesquisa bibliográfica, com o objetivo de verificar a existência de sítios arqueológicos históricos e pré-históricos nas áreas inundadas por barragens nos municípios de Glória e Paulo Afonso, no Estado da Bahia, para a construção de usinas hidrelétricas na Bacia do rio São Francisco. Disserta sobre a história da movimentação dos povos indígenas e posseiros ao longo da Bacia do rio São Francisco que formaram povoações e construíram a cultura dessa população, assim como, descreve as fases de barramento do rio, a construção das usinas e a luta de arqueólogos e pesquisadores para resgatar os fragmentos da história humana nessa região. Aponta a necessidade da exploração arqueológica subaquática como método de resgate dos resquícios da presença humana dessa região, entregando a este povo a história dos seus ancestrais.

Palavras-chaves: Arqueologia. História. Rio São Francisco. Barragens de hidrelétricas. Pesquisa subaquática.

1 INTRODUÇÃO

Entre as décadas de 1940 e 1990 a Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco (CHESF) construiu usinas hidrelétricas e barragens ao longo do rio São Francisco. A primeira delas foi a Usina Piloto, que não está mais em operação, ativada em 1949 para fornecer energia à construção das primeiras usinas do Complexo Paulo Afonso – que compreende as Usinas Hidroelétricas (UHE) de Paulo Afonso I, II, III e IV e Apolônio Sales (Moxotó). Nas décadas de 1970 e 1980, também, foram construídas as UHE's de Sobradinho e Luiz Gonzaga (Itaparica). Já em 1994 entrou em operação a Usina de Xingó, localizada 65km à jusante do complexo de Paulo Afonso. Estas obras tiveram grande impacto nas populações locais bem como no meio ambiente. Em alguns destes projetos foram levados em consideração os impactos ambientais das obras, por este motivo precederam à inundação de áreas ribeirinhas pelos lagos artificiais, os projetos de salvamento arqueológico em Sobradinho, Itaparica e Xingó.

O município de Glória, na Bahia, foi atingido por duas barragens, Moxotó e Itaparica, sendo a primeira a que provocou maior impacto no seu território, inundando povoados e a antiga sede do Município.

A cidade de Paulo Afonso, também na Bahia, fruto da construção das usinas do complexo de mesmo nome, sofreu o impacto da implantação de duas barragens: a Delmiro Gouveia, que desviou o leito natural do rio São Francisco que formava as cachoeiras e, Apolônio Sales/Moxotó, que fornece água por meio de um canal à jusante para o lago artificial da UHE PAIV.

O presente artigo tem por objetivo verificar, através de pesquisa bibliográfica, contidas em documentos históricos e publicações, a existência de sítios arqueológicos históricos nas áreas inundadas por barragens nos municípios delimitados, como a cidade centenária de Glória e povoados de Paulo Afonso, e pré-históricos, haja vista diversos registros antropológicos e arqueológicos desta região da Bacia do rio São Francisco, como os já registrados nos cânions de Xingó. Sendo uma possibilidade para a pesquisa arqueologia subaquática.

A pesquisa aponta sua relevância na coleção das informações históricas desta região, além do alerta às perdas materiais e imateriais causadas pelas grandes inundações decorrentes da implantação de hidrelétricas, que ignoram as referências culturais e humanas desses territórios, em detrimento da grandiosidade das obras e do progresso. Ressalta a importância da CHESF para o desenvolvimento local, mas, também, o ônus histórico das vidas impactadas, principalmente no que se refere à Glória e Paulo Afonso.

2 A OCUPAÇÃO HUMANA DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO

O Vale do São Francisco tem sido desde a pré-história, ambiente favorável ao estabelecimento humano, uma vez que inclui um rio principal extenso e perene bem como seus afluentes, que em parte são rios temporários. Visto que parte significativa deste vale se encontra em meio à caatinga, um ambiente de precipitações irregulares, com períodos de seca prolongados, o rio São Francisco foi elemento fundamental para a permanência humana no Semiárido Nordestino, pois proporcionava abundância em recursos como alimentos, água e terra fértil (AB'SÁBER, 2007). Segundo Martin (2008, p. 52) “A grande Bacia do São

Francisco foi centro de atração e caminho natural de grupos pré-históricos desde o fim do pleistoceno”.

Esta afirmação pode ser confirmada por Etchevarne, (2000), que revela as movimentações de povos indígenas, por suas possibilidades de sobrevivência:

Os cursos de águas permanentes, como o São Francisco e o Parnaíba, apresentam vales amplos e planícies de inundação importantes para a instalação humana. (...). Evidentemente, as condições para a instalação humana em um ambiente de caatinga são bem mais reduzidas que na floresta tropical, limitando-se aos espaços com presença de cursos e fontes de água, mais ou menos permanentes. O Rio São Francisco, por exemplo, que em seu curso médio atravessa um grande território de caatinga, transformou-se em um eixo referencial para os grupos indígenas do interior, permitindo a subsistência em todas as estações do ano. (...) nas margens deste rio e nas suas numerosas ilhas, era possível uma subsistência mais farta, combinando a piscosidade das águas com a fertilidade dos solos, aptos para a horticultura e com uma mata ciliar composta, entre outras espécies, de grandes árvores frutíferas (ETCHEVARNE, 2000, p.115)

Quando os primeiros habitantes do Vale do São Francisco se estabeleceram na região, as condições ambientais eram distintas das encontradas atualmente. Segundo Kesting (s/d): “Registros palinológicos da região Nordeste testemunham a ocorrência de grande umidade entre 15.500 e 9.000 anos AP, um ressecamento climático progressivo, entre 9.000 e 6.790 anos AP, e a instalação das condições climáticas atuais, a partir de 6.790 anos AP”. Portanto, os primeiros habitantes desta região (eram caçadores coletores) estavam em um ambiente com condições ambientais mais favoráveis.

As pesquisas arqueológicas e antropológicas feitas de forma mais metódica no submédio São Francisco iniciaram com Carlos Estevão na década de 30 do século passado. O então diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi percorreu parte do Vale do São Francisco, realizando pesquisas etnográficas com diversos povos indígenas da região e, no Brejo dos Padres, no Estado de Pernambuco (na margem oposta à cidade de Glória-BA), iniciou a escavação do sítio Gruta dos Padres. Este foi novamente estudado, desta vez por Valentin Calderón em 1966 e 1967, que obteve datações radiocarbônicas de mais de 7000BP (MARTIN, 2008).

No submédio e baixo São Francisco verificam-se desde a década de 1970 pesquisas sistemáticas principalmente em decorrência da construção de usinas hidrelétricas e suas respectivas barragens.

Em 1973 teve início a construção da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, que entrou em operação em 1979, com um reservatório de 4.214 km², sendo um dos maiores lagos artificiais do Mundo. Esta barragem atingiu 4 centros urbanos e 26 povoados, todos no estado da Bahia, deslocando – de forma compulsória – das margens do rio São Francisco mais de 70mil pessoas (RIBEIRO, 2015). Antes da formação do lago foi implementado o Projeto Sobradinho de Salvamento Arqueológico, coordenado à distância por Valentin Calderón e executado por Yara Ataíde e Ivan Dórea, “um dos trabalhos pioneiros em salvamento arqueológicos no Brasil” (RIBEIRO, *ibidem*). Neste projeto não ocorreram escavações, apenas prospecção e sondagens, a partir das quais possível identificar mais de 50 sítios pré-históricos, segundo Martin (1998), embora no relatório constem apenas 29 sítios (CALDERÓN, et al, 1977). Dentre os sítios identificados no projeto, 8 deles contém representações rupestres (COSTA, 2005).

Após este projeto as pesquisas na região tiveram continuidade, razão pela qual foi possível estabelecer a Área Arqueológica de Sobradinho (KESTERING, s/d), localizada na divisa entre médio e submédio São Francisco, estendendo-se até a fronteira da Bahia com Piauí, está, portanto, a 70km ao sul do Parque Nacional da Serra da Capivara. Nesta área foram identificados 112 sítios de grafismos rupestres, que possuem ao todo 774 painéis, e segundo Celito Kesting (*ibidem*):

a maior parte dos grafismos da Área Arqueológica de Sobradinho foi realizada por um grupo pré-histórico de permanência constante no Submédio São Francisco, desde o final do Pleistoceno, quando o clima da região era tropical úmido, até o Holoceno Superior, quando eram vigentes as condições climáticas atuais.

O autor classificou os grafismos da Área Arqueológica de Sobradinho como Tradição São Francisco e devido às suas particularidades estabeleceu a Subtradição Sobradinho.

Mais à jusante de Sobradinho, o Governo Federal autorizou a construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica, que posteriormente recebeu o nome de Luiz Gonzaga, obra idealizada anos antes e foi adiada por falta de verbas. O projeto Itaparica de Salvamento Arqueológico, que ocorreu entre os anos de 1982 e 1988 financiado pela CHESF, tinha por objetivo identificar e resgatar os sítios arqueológicos que ficariam submersos com o reservatório de Itaparica. Este lago artificial afetou os municípios de Chorrochó, Rodelas e

Glória, na Bahia e Itacuruba, Belém de São Francisco, Floresta e Petrolândia, em Pernambuco.

Na margem baiana as escavações ficaram sob responsabilidade do Museu de Arqueologia e Antropologia da Universidade Federal da Bahia e na margem esquerda coube à Universidade Federal de Pernambuco a realização dos estudos arqueológicos (ETCHEVARNE, 1992, 2000; MARTIN, 2008).

Como resultado deste projeto houve registro e escavação de vários sítios e mais uma intervenção na Gruta dos Padres, (Martin, op. cit.), que teve grande importância nos estudos da pré-história nordestina, sendo ponto de partida para identificação das indústrias líticas da porção média do Vale do São Francisco (Martin e Rocha, 1990). Foi neste sítio que Calderón identificou a Tradição Itaparica, que tem como elementos mais característicos os objetos plano-convexos, pontas-facas ogivais e pontas-facas-raspadores chamados de “lesmas”. (ETCHEVARNE, 2000). A Gruta dos Padres encontra-se atualmente submersa pelo lago de Itaparica.

Dentro do mesmo projeto foram identificados e estudados sítios na margem oposta do rio, no Município de Rodelas, Bahia. Com presença de gravuras rupestres, cerâmica e material lítico polido e lascado. As gravuras estavam nos sítios Pedra da Moeda, Bebedouro das Pedras e Itacoatiara I e II. Nos sítios sobre dunas – Porto da Missão, Outeiro, Jacó, Surubabel, Volta do Rio e Cabeça do Boi – foi possível constatar que eram de ocupação pré-colonial, serviram como habitação com uso ritualístico-funerário de forma eventual, presumivelmente seus habitantes praticavam agricultura nas planícies de inundação do rio. Datações comprovam a presença humana no local há pelo menos 3.840 anos AP (sítio Paraíso), sendo a datação da ocupação mais recente 420 anos AP (sítio Itacoatiara) (ETCHEVARNE, 1992, 2000; LUNA, 2005; MARTIN, 2008).

A partir de 1988, com o início das obras para a construção da Usina Hidrelétrica de Xingó, na parte inicial do baixo São Francisco, implementou-se o Projeto Arqueológico de Xingó (PAX), formado pelo convênio da Universidade Federal de Sergipe – UFS – e a Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco – CHESF – com o objetivo de resgatar o material arqueológico dentro da área que seria afetada pelo lago formado em decorrência da barragem. Neste projeto foram localizados 56 sítios arqueológicos, classificados em acampamento, habitação e cemitério. Ganharam destaque os sítios Justino e São José, necrópoles situadas em

Sergipe e Alagoas, respectivamente. O primeiro estava posicionado na confluência do São Francisco com o riacho Curitiba, de onde foram retirados 161 esqueletos e obteve-se datação de aproximadamente 9000 anos AP para a ocupação mais antiga, de acordo com as evidências foi a primeira aldeia da região de Xingó, a qual era moradia de caçadores coletores, e posteriormente habitaram os agricultores ceramistas (LUNA, 2005; VERGNE E AMÂNCIO, 1992; VERGNE, 1996).

Segundo Suely Luna (op. cit.) a cerâmica de Xingó é a mais antiga da região, e não foram encontradas evidências que possam sugerir origem local, portanto é mais provável que grupos ceramistas “conhecedores de técnicas apuradas na fabricação de cerâmica” (ibidem) chegaram na região de Xingó pelo baixo São Francisco, posteriormente subiram o rio adaptando-se às condições locais. Os sítios com presença de cerâmica em ocupações mais recuadas são o Justino e São José, em que ela aparece por volta de 5.570 AP e 4.140 AP, respectivamente.

Em Paulo Afonso, Bahia, na divisa entre submédio e baixo São Francisco, foi identificada grande quantidade sítios de registro rupestre, distribuídos nos povoados Lagoa das Pedras, Malhada Grande, Rio do Sal e Mão Direita, posicionados ao longo do cânion do São Francisco. Os estudos nesta área são realizados pelo Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso – CAAPA da Universidade do Estado da Bahia – Uneb. Segundo Vergne et al (s/d) os registros rupestres do Complexo Arqueológico de Paulo Afonso são compostos em sua maioria por grafismos puros, as poucas representações antropomorfas ou zoomorfas aparecem geralmente de forma isolada, sendo rara a formação de cenas. Por isso foram inseridos na Tradição Geométrica, e classificados como sub-tradição Paulo Afonso. Devemos destacar que há mais de quatro décadas os matacões, que são suporte para as pinturas e gravuras destes sítios, vêm sendo destruídos para a produção de paralelepípedos de pavimentação urbana e britas para construção civil (VERGNE E MARQUES, 2009).

Datações obtidas na região de Serranópolis (sudoeste de Goiás) e no Sudoeste da Bahia sugerem que os primeiros grupos humanos a ocupar o Vale do São Francisco vieram do cerrado de Goiás, eram caçadores coletores que produziram os artefatos líticos inseridos na Tradição Itaparica (LUNA, 2005). Esta hipótese se confirma pelas datações obtidas na região de Rodelas, que são posteriores às datações dos sítios de Tradição Itaparica em Goiás, que obtiveram datações de até 11.000 anos AP (ETCHEVARNE, 2000).

Observando as evidências rupestres na região de Sobradinho chega-se à mesma conclusão, Celito Kesting (s/d) mostra que

a maior antiguidade das datações obtidas em vestígios arqueológicos do Estado de Goiás, do Alto e do Médio São Francisco, em relação aos vestígios datados do Submédio e Baixo São Francisco, corroboram a hipótese de que os autores dos grafismos da hipotética Tradição São Francisco são originários do Planalto Central do Brasil (KESTERING, s/d).

A segunda ocupação da região foi promovida por grupos ceramistas, que praticavam agricultura e viviam nas margens do São Francisco ou em suas proximidades. Esta ocupação durou até períodos próximos a chegada dos portugueses.

3 OCUPAÇÃO HISTÓRICA NOS MUNICÍPIOS DE PAULO AFONSO E GLÓRIA

No século XVII a Casa da Torre, na liderança de Francisco Dias d'Ávila (neto de Garcia d'Ávila) e do padre Antônio Pereira, começou a empreender bandeiras ao longo do São Francisco a partir da foz e adentrando o sertão no curso de outros rios, requerendo enormes sesmarias e espalhando currais de gado pelos seus domínios. Deixando em cada curral dez novilhas, um touro, um casal de equinos e um casal de escravos. Naquele momento houve um aumento na procura por gado bovino, equino e muar, para a indústria do açúcar, onde serviam de transporte e tração nos engenhos e forneciam carne à população do litoral. Essa pecuária só poderia ser expandida para o interior, pois o litoral estava ocupado pelas plantações de cana e mandioca. A criação de bovinos requeria pouco capital, o trabalho era menos pesado que nos engenhos e não demandava tanta mão de obra quanto as plantações de cana-de-açúcar e esta mão de obra não precisava ser especializada. A Casa da Torre exterminou ou expulsou tribos indígenas que se opunham à expansão dos currais (BANDEIRA, 2000; CUNHA, 1978). Destes currais instalados ao longo do São Francisco surgiram povoados, e muitos depois tornaram-se cidades.

De acordo com Bandeira (ibidem) o domínio de terras da Casa da Torre crescia a cada geração de seu morgado e seus numerosos currais escondiam a verdadeira intenção destes latifundiários. Desde o início da colonização havia o desejo de descobrir minas de ouro e prata, o que rendeu diversas incursões, todas elas sem sucesso até então, pelo interior da

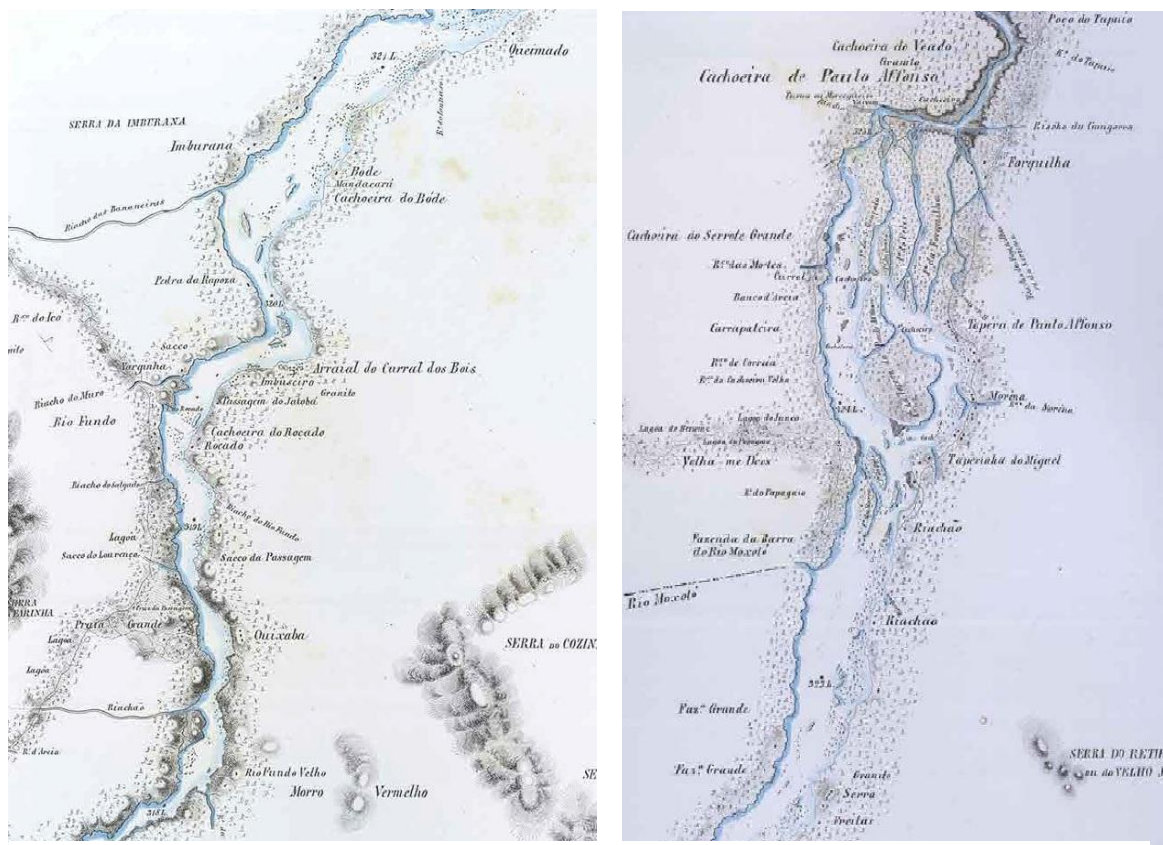
Bahia e Sergipe à procura das tais minas que se ouviam nas histórias dos índios, e que Belchior Dias Moreira afirmava ter encontrado, porém nunca revelou a localização correta. Em 21 de abril de 1624, o rei Filipe IV emitiu um alvará concedendo a Garcia d'Ávila (2º) e Antônio Pereira “o privilégio de devassar os sertões fora da autoridade dos governadores, como um potentado solitário e soberano na terra ilimitada” (CALMON, 1958: in BANDEIRA, 2000), para que pudessem descobrir minas de ouro, prata e outros minerais.

Na margem direita do São Francisco, onze léguas acima da cachoeira de Paulo Afonso, o jesuíta João de Barros fundou as missões de Rodelas, divididas em cinco aldeias, em que habitavam aproximadamente 3.900 índios. Os jesuítas abandonaram a missão e foram substituídos pelos Carmelitas Descalços de Santa Tereza após entrarem em conflito com a Casa da Torre, que possuía fazendas nas proximidades (BANDEIRA, *ibidem*).

À jusante de Rodelas, no mesmo Estado da Bahia, estava Curral dos Bois, fundada por volta de 1705, que contava com uma missão de capuchinhos, e como sugere o nome, era local de pouso para boiadas. Ali habitavam os índios Mariquitas e Pankararus. O povoado, que fazia parte do município de Jeremoabo, foi elevado à categoria de Vila em 08 de abril de 1842. Em 1886 foi criado o Município de Santo Antônio da Glória, com sede em Santo Antônio da Glória do Curral dos Bois, desmembrando-se de Jeremoabo. Em 1931 o nome foi simplificado para Glória, décadas depois o Município já contava com quatro distritos: Glória, Rodelas, Paulo Afonso e Macururé, que posteriormente foram emancipados. Em 30 de março de 1938 Glória passou a ser cidade (IBGE).

No século XIX, o engenheiro Henrique Halfeld percorreu o São Francisco de Pirapora até a sua foz por dois anos, registrando de forma detalhada, légua por légua, tudo o que encontrou pelo rio. Em 1860 publicou o ‘Atlas e Relatório concernente à exploração do Rio de S. Francisco desde a Cachoeira da Pirapóra até ao Oceano Atlantico’. De acordo com esta publicação existiam várias povoações na margem direita do submédio São Francisco, dentre elas estavam o Arraial da Missão de São João Baptista de Rodellas, o arraial do Curral dos Bois – que tinha subido à categoria de Vila alguns anos antes – sítio do Freitas, sítio da Serra e Quixaba – provavelmente os correspondentes dos atuais povoados Freitas, Porto da Serra e Quixaba – ilhas da Tapera de Paulo Afonso e da Forquilha, bem como as povoações da fazenda Tapera de Paulo Afonso e Forquilha. Na 320ª légua, no arraial de Curral dos Bois havia uma igreja dedicada a Santo Antônio da Glória, “e 45 casas com 180 a 200 habitantes,

que vivem do plantio de mandioca, arroz, feijão, aboboras, cana de assucar, do algodão e da criação de gado, de cabras e de poucos carneiros” (HALFELD, 1860, p. 44.).



Mapas produzidos por Henrique Halfeld. 1860. Mapa completo e com escala nos anexos.

Algumas léguas a frente de Curral dos Bois havia a Cachoeira de Paulo Afonso, assim chamada em razão de ter sido descoberta por Paulo Viveiros Afonso, sertanista aliado da Casa da Torre, de acordo com Bandeira (2000). Nas proximidades da cachoeira havia, na margem direita do São Francisco, a Tapera de Paulo Afonso e Forquilha, as primeiras povoações do que depois se tornaria a cidade de Paulo Afonso. Sobre as origens destes povoados encontramos informações históricas fragmentadas, como por exemplo, em cartas do início do século XVIII que mencionam “Cachoeira de Paulo Afonso” (SILVA, 2014), uma carta de Garcia d’Ávila Pereira destinada ao Governo na Bahia, datada de 1722, em que faz reclamação concernente a uma estrada que seria aberta seguindo as margens do São Francisco para levar o gado da localidade chamada Pontal até Itabaiana, passando pela Tapera de Paulo Afonso e por este motivo os animais atravessariam suas fazendas, que eram mais de quarenta nesta região (CUNHA, 1978). Em 1725 o sertanista Paulo Viveiros Afonso recebeu uma sesmaria na margem esquerda do São Francisco, medindo três léguas de comprimento por

uma de largura. Segundo Silva (2014) Paulo Viveiros, não satisfeito com a quantidade de terras que recebeu, teria expandido seu domínio para a margem baiana do rio. Mas observando as fontes bibliográficas pode-se inferir que este já estaria estabelecido na região antes de receber a sesmaria.

De certo é que no século XIX e início do XX, o território do atual município de Paulo Afonso estava bastante ocupado com povoados e fazendas, sendo os principais a Tapera, Forquilha e Barroca (SANTOS, 2012; SILVA, 2014).

4 BARRAGENS E USINAS HIDRELÉTRICAS EM PAULO AFONSO E GLÓRIA – BA

Nas primeiras décadas do século XX o governo federal começou a demonstrar interesse em aproveitar o curso do São Francisco para geração de energia, enviando profissionais para avaliar o potencial da Cachoeira de Paulo Afonso para esta finalidade. Nesta cachoeira, no lado alagoano, a geração de energia tinha se tornado realidade em 1913, com a Usina de Angiquinho, construída por Delmiro Gouveia para fornecer energia à sua fábrica de linhas. Esta usina não necessitava barramento de água, pois esta chegava às turbinas por encanamentos (Santos, 2012; Silva, 2014).

O Complexo Paulo Afonso foi iniciado em 1944 com a construção da usina Piloto, que forneceu energia elétrica ao Núcleo Colonial Agroindustrial São Francisco em Petrolândia, estado de Pernambuco e para a construção da usina de Paulo Afonso (Santos, 2012). Em 1954 entrou em funcionamento a usina Paulo Afonso I, em 1961 Paulo Afonso II e dez anos depois, Paulo Afonso III. Estas usinas estão posicionadas lado a lado e são alimentadas pela barragem Delmiro Gouveia, que inundou povoados e fazendas nas margens de Alagoas e Bahia. No município de Paulo Afonso – BA, as águas da barragem Delmiro Gouveia submergiram a Tapera, primeira povoação do local, e outros pequenos povoados que não temos registro. No ano de 1977 foi inaugurada a usina Apolônio Sales, antes denominada usina Moxotó, posicionada à montante das usinas Paulo Afonso I, II e III. Esta hidrelétrica recebe água represada pela barragem Moxotó. Este reservatório inundou – na Bahia – parte do município de Paulo Afonso, como a ilha da Tapera, e parte significativa do município de Glória. Sua

sede e muitos de seus povoados que ficavam à beira do São Francisco, como por exemplo, Porto da Serra, Freitas, Barra e Quixaba, foram submersos.

Em 1979 começou a operar a usina de Paulo Afonso IV, localizada à jusante das outras usinas do complexo. Para que esta usina pudesse gerar energia foi necessária a construção de um canal retirando água do lago da barragem Moxotó, para formar um reservatório em uma área onde antes havia roças. Com este lago o centro da cidade de Paulo Afonso tornou-se uma ilha.



Fonte: Google Earth. Escala não disponível



Fotos: João Tavares

Durante a construção das usinas supracitadas não houve preocupação com impactos ambientais e sociais. As famílias atingidas receberam indenização, considerada injusta, e houve reassentamento em uma cidade – a Nova Glória – e povoados novos, próximos aos que foram submersos. Não existiu nenhum trabalho de salvamento arqueológico, nem mesmo de registro de possíveis sítios.

O município de Glória ainda perderia uma parte de seu território ribeirinho com a construção da usina de Itaparica. Os resultados do levantamento arqueológico deste empreendimento já foram expostos neste trabalho.

5 ARQUEOLOGIA DE SÍTIOS SUBMERSOS

Hole e Heizer (1969, apud RAMBELLI, 2002) definem que “um sítio é qualquer lugar, grande ou pequeno, onde se encontram artefatos [...]. Um sítio pode ser tão extenso quanto uma cidade ou tão reduzido quanto o ponto onde repousa, digamos, uma ponta de flecha”. Muitas vezes os sítios arqueológicos encontram-se submersos ou parcialmente submersos, pelos mais variados motivos. Rambelli (2002) afirma que “o objeto de estudo da Arqueologia como ciência social é o mesmo, independente do ambiente em que o sítio arqueológico esteja localizado” (p. 39). Na arqueologia subaquática a escavação obedece aos mesmos princípios da arqueologia em ambiente convencional, porém as técnicas de intervenção no sítio e conservação dos artefatos têm que ser adaptadas. A permanência no ambiente submerso exige uso de equipamento de mergulho e habilidades para fazê-lo, sendo este o ponto que mais difere a arqueologia subaquática da convencional (RAMBELLI, *ibidem*).

Os sítios submersos podem ser divididos em quatro categorias: sítios de naufrágios, santuários, depositários e sítios terrestres submersos. Os naufrágios são os mais conhecidos, segundo Rambelli (*ibidem*), que os considera “cápsulas do tempo”, por terem grande variedade de material e condições de conservação de contexto melhor do que os sítios em terra firme. Os sítios santuários são constituídos por depósitos intencionais resultantes de ritos de oferendas. Os objetos encontrados neste tipo de sítio podem ser muito variados e os locais de ocorrência se estendem por todo o mundo. Os sítios depositários apresentam artefatos abandonados voluntariamente ou por acidente. Nesta categoria estão contemplados os portos e as áreas de descarte. A última categoria é a dos sítios terrestres submersos, que são sítios formados em superfície, mas que foram inundados por causas climáticas, geológicas, ou pela ação humana. Segundo Rambelli (*ibidem*, p. 52) “os sítios terrestres submersos representam claramente os testemunhos de atividades humanas – desde a pré-história até os exemplos mais recentes de áreas inundadas para represamento de água – em regiões outrora secas”. São os mesmos sítios existentes na superfície.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os projetos de arqueologia ocorridos nas regiões de Sobradinho e Itaparica, localizadas à montante de Glória e Paulo Afonso, bem como o Projeto Arqueológico de Xingó, à jusante das duas cidades baianas, os sítios rupestres no município de Paulo Afonso, bem como as fontes bibliográficas, corroboram a hipótese de haver sítios arqueológicos de ocupação histórica e pré-histórica nas áreas inundadas por barragens nos municípios que são objeto de estudo deste artigo.

O estudo destes possíveis sítios só seria possível através da arqueologia subaquática. A inundação de grandes áreas para geração de energia teve um lado positivo para a região. Do ponto de vista econômico, além da chegada da energia elétrica, estas usinas possibilitaram geração de emprego e renda numa região carente em vários sentidos, surgimento de centros urbanos, barragens que asseguram abastecimento de água durante todo o ano, por exemplo.

O lado negativo se refere ao grande impacto do ponto de vista ambiental que essas obras tiveram, como: danos ao ecossistema local, por alterar o fluxo do rio – provocando mudanças profundas no ambiente aquático, promover o desmatamento, o despejo de esgoto de cidades que não param de crescer. Os impactos socioeconômicos na população que já residia nas ilhas e margens do São Francisco foram muito significativos. Estas pessoas perderam suas casas e roças, tiveram seu modo de vida e subsistência alterados, em Paulo Afonso não houve promoção de reassentamento por parte da CHESF ou qualquer órgão do governo, as novas moradias foram construídas individualmente.

Por conta das obras, houve migração de grande quantidade de pessoas, à procura de emprego nas construções, o que provocou crescimento desordenado da cidade. O município de Glória teve sua sede e muitos povoados inundados pelas barragens Moxotó e Itaparica. Uma nova sede foi erguida e novos povoados assentados (Santos, 2012). Além de todos esses danos citados, parte importante e desconhecida da história e pré-história destes municípios está debaixo d'água. Esse patrimônio submerso faz parte da identidade dessas populações.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorias, 2003. 4ª edição 2007.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Feudo – a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CALDERÓN DE LA VARA, Valentin; JÁCOME, Yara Dulce Bandeira de Ataíde; SOARES, Ivan Dorea Cancio. **Relatório do Projeto Sobradinho de Salvamento Arqueológico**. CHESF. 1977.

COSTA, Carlos. **SÍTIOS DE REPRESENTAÇÃO RUPESTRE DA BAHIA (1950-1990): levantamento dos dados primários dos acervos iconográficos das coleções arqueológicas do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia (MAE/UFBA)**. REVISTA OHUN – Revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da UFBA. Ano 2, nº 2, outubro 2005.

CUNHA, João Fernando da. **Memória histórica de Juazeiro**. Salvador, ABC-Gráfica Offset Limitada, 1978.

ETCHEVARNE, Carlos Alberto. **Sítios dunares do sub-médio São Francisco, Bahia, Brasil**. In: Journal de la Société des Américanistes. Tome 78 nº1, 1992. pp. 57-71.

ETCHEVARNE, Carlos Alberto. **A ocupação humana do Nordeste brasileiro antes da colonização portuguesa**. São Paulo: REVISTA USP, n.44, p. 112-141, dezembro/fevereiro 1999-2000.

HALFELD, Henrique. **Atlas e relatório concernente a exploração do Rio de São Francisco: desde a Cachoeira da Pirapora até ao Oceano Atlântico**. Litographia Imperial. Rio de Janeiro, 1860.

KESTERING, Celito. **Identidade dos grupos pré-históricos de Sobradinho – BA**. (s/d)

LUNA, Suely. **Os grupos ceramistas pré-históricos do baixo São Francisco**. Clio Arqueológica, Nº 19. Vol. 2. P. 79-103. 2005.

MARTIN, Gabriela. **O povoamento pré-histórico do Vale do São Francisco**. Clio Arqueológica, Recife: Nº 13. P 9-41. 1998.

MARTIN, Gabriela. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. 5ª edição. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

MARTIN, Gabriela; ROCHA, Jacionira, **O adeus à Gruta do Padre, Petrolândia, Pernambuco, Brasil**. Clio Arqueológica, Recife: Nº 6. Vol. 1. P 31-44. 1990.

RAMBELLI, Gilson. **Arqueologia até debaixo d'água**. São Paulo: Editora Maranta. 2002.

RIBEIRO, Loredana. **Empreendimentos econômicos, violação de direitos humanos e o silêncio da arqueologia no Brasil**. Sociedade de Arqueologia Brasileira. Revista de Arqueologia, Volume 28, Nº 2. P 172-186. 2015.

SANTOS, Maria Lúcia Teixeira Santos. **Impactos socioambientais provocados pelas barragens Delmiro Gouveia e Apolônio Sales à população ribeirinha de Glória e Paulo Afonso – BA**. Universidade do Estado da Bahia – UNEB, 2012.

SILVA, Antônio Galdino da. **De Forquilha a Paulo Afonso: histórias e memórias de pioneiros. Paulo Afonso/BA**, Editora Fonte Viva, 2014.

VERGNE, Cleonice; AMÂNCIO, Suely. **A Necrópole Pré-Histórica do Justino/Xingó - Sergipe: nota prévia**. Clio Arqueológica. Recife: Nº 8. Vol. 1. P 171-182. 1992.

VERGNE, Cleonice. **O Projeto Arqueológico de Xingó, em Sergipe e Alagoas**. Clio Série Arqueológica. Recife: UFPE, Nº 11. Vol. 1. P 213-216. 1995-1996.

VERGNE, Maria Cleonice de Souza; CARDOSO, Salomão David Vergne; CARDOSO, Manuella Maria Vergne; SOUZA, Caio Humberto Ferreira Dória de. **Pesquisa arqueológica pautada na Tradição Geométrica: no território da sub-tradição Paulo Afonso**. (s/d)

VERGNE, Cleonice; MARQUES, Juracy. **Pedras Pintadas: dilemas socioambientais do complexo arqueológico de Paulo Afonso**. Paulo Afonso. Editora Fonte Viva, 2009.

Sites consultados:

<https://www.ibge.gov.br/>

ANEXOS

Mapas produzidos por Henrique Halfed no Atlas e Relatório concernente à exploração do Rio de S. Francisco desde a Cachoeira da Pirapóra até ao Oceano Atlantico. 1860.

